

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.653 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 7 DE MARÇO DE 2003

Simon quer debater situação da juventude

Pedro Simon propõe que a Comissão de Educação promova grande debate sobre a situação da juventude brasileira e as alternativas para afastá-la das drogas e da violência. O senador, que destacou encontro de 25 mil jovens em Brasília, espera que escolas e veículos de comunicação também analisem o tema.

Célio Azevedo



Para Simon, imprensa abre muito espaço para notícias negativas sobre violência

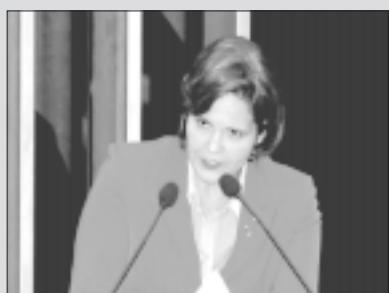
PÁGINA 2

Serys defende reforma agrária veloz em MT

Depois de culpar a “morosidade” do Incra pela existência de milhares de famílias de sem-terra no estado, Serys Shessarenko defendeu ontem a necessidade de se agilizar a reforma agrária em Mato Grosso. Segundo ela, existe um conluio para manter paralisados processos de desapropriação.

PÁGINA 3

FOME ZERO



José Cruz

ANA JÚLIA

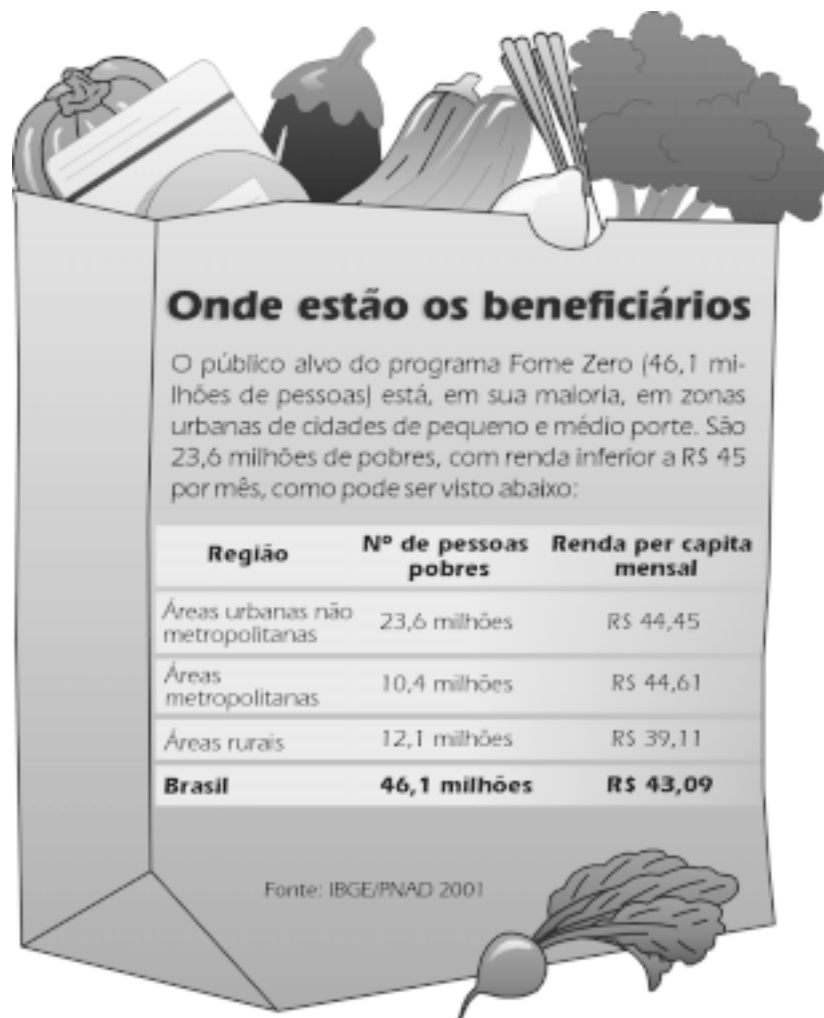


José Cruz

EDUARDO SUPLICY

Programa é decisivo para o futuro do país

Cartão precisa ser mais bem esclarecido



PÁGINA 3

Paim luta por salário mínimo de US\$ 100

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim, defende valor correspondente a pelo menos 100 dólares para o salário mínimo. O senador informou ontem que já apresentou no Senado projeto determinando essa vinculação. Proposta semelhante do próprio Paim, quando deputado, está tramitando na Câmara dos Deputados.

Célio Azevedo



Paulo Paim lembra que 100 milhões de brasileiros dependem do salário mínimo

PÁGINA 2

Projeto de Jucá fixa superávit em 3% do PIB

O senador Romero Jucá apresentou projeto de lei que fixa em 3% do Produto Interno Bruto (PIB) o superávit primário do governo federal. Jucá acha “injustificável” a meta de 4,25% adotada pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, por considerar que o cenário econômico melhorou.

PÁGINA 4

Conselho de Ética examina recurso do PT na quarta

PÁGINA 4

Simon propõe debate sobre situação da juventude

Alternativas que possam afastar os jovens das drogas estão entre os temas sugeridos pelo senador para serem analisados na Comissão de Educação. Ele espera que os veículos de comunicação participem das discussões

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) propôs ontem em Plenário que a Comissão de Educação (CE) abra um grande debate sobre a situação da juventude brasileira e as alternativas que possam afastá-la das drogas e da violência. Ele defendeu ainda a inclusão de escolas e veículos de comunicação na discussão do tema.

Simon contou que, se não tivesse permanecido em Brasília e participado de um retiro do movimento católico carismático, não teria tomado conhecimento de um evento que reuniu cerca de 25 mil jovens durante 12 horas em todos os dias de carnaval no ginásio de esportes da capital. Encontros semelhantes, segundo o se-

nador, ocorreram em várias localidades do país, partindo de religiões diversas, mas não foram noticiados pelos meios de comunicação.

Na sua avaliação, a imprensa abre muito mais espaço em suas manchetes para notícias negativas sobre violência, narcotráfico e criminalidade do que para iniciativas positivas, como o engajamento dos jovens em movimentos religiosos e voluntários.

O senador lembrou que presidiu uma subcomissão que discutiu a programação das emissoras. Apesar de não ter sido noticiado pela imprensa, o colegiado teve como um dos resultados de seus trabalhos o retorno do programa

infantil *Sítio do Pica-Pau Amarelo*, baseado na obra de Monteiro Lobato. Simon observou que o programa havia sido retirado do ar pela TV Globo pelos custos, "tão elevados quanto os de uma novela", e por concorrer com desenhos animados que fizeram subir a audiência de outra emissora.

O parlamentar informou que apresentou projeto para que as emissoras de televisão mantenham um programa diário de uma hora destinado à formação e à qualificação dos telespectadores. Essa iniciativa,



Imprensa não notifica movimentos religiosos e voluntários de jovens, diz Simon

que seu projeto seja aprovado, embora países como a China mantenham programas educativos com essa finalidade.

USO DE DROGAS

O senador acredita que a possibilidade de legalização do uso das drogas, como medida para combater o narcotráfico, levantada recentemente pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), deve ser mais debatida. Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) elogiou a participação de Pedro Simon e dos jovens carismáticos no retiro durante o carnaval. E considerou que a fé é um caminho eficiente e eficaz para a juventude escapar à violência e ao consumo de drogas.

na sua avaliação, abriria espaço para discussão de temas importantes para a capacitação da juventude brasileira. Ele afirmou que não tem muita esperança de

Livro didático pode ter controle de qualidade

O senador Paulo Paim (PT-RS) informou ontem que apresentará projeto de lei tornando obrigatório o controle de qualidade sobre todos os livros didáticos editados no país. O objetivo da proposta, explicou, é garantir que nenhum livro divulgue textos discriminatórios. O senador expressou grande alegria pela retirada de circulação do livro didático *Banzo, Tronco e Senzala*, de Elzita Quinta e Elzi Nascimento, editado pela editora Habra, que estava há quatro anos no mercado.

Paim havia denunciado recentemente que o livro desfigura a raça negra e conta a história como se negros fossem inferiores, inclusive culpando-os pela escravidão. O parlamentar disse ter recebido visita de representante da editora e das duas autoras do texto, que consideraram o livro um equívoco e reconheceram seu erro.

Paulo Paim defende salário mínimo de 100 dólares

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), defendeu ontem em Plenário que o valor do salário mínimo corresponda a pelo menos 100 dólares. Ele informou já ter apresentado no Senado projeto determinando essa vinculação. A proposta que será analisada pelos senadores é semelhante a proposição do próprio Paim que tramita na Câmara dos Deputados. No projeto apresentado no Senado, Paulo Paim afirma que 100 milhões de brasileiros dependem desse rendimento e que 54 milhões ganham até meio salário mínimo.

O discurso do senador foi motivado pelo que ele chamou de "provações da imprensa" questionando sua posição em relação ao salário mínimo: se ele continuaria defendendo o equivalente a 100 dólares ou se teria passado a apoiar a proposta do governo petista de manter o valor em R\$ 240.

— Estou há 16 anos no Congresso, um mês no Senado, e não mudei uma vírgula em minhas posi-



Paim quer que percentual de reajuste do mínimo seja extensivo aos aposentados

ções — afirmou.

De acordo com o senador, houve acordo entre as lideranças partidárias na Comissão Mista de Orçamento (CMO) para que salário mínimo previsto para 2003 não ultrapassasse a linha dos R\$ 250. O parlamentar informou que não integra a comissão e que não foi consultado sobre o acordo.

— Defendi o valor de 250 reais para o reajuste referente a 1º de maio do ano passado. Se fosse aplicado o reajuste que eu pre-

tendia, o salário corresponderia a 100 dólares no 1º de maio deste ano. A meta é que, um dia, o país cumpra a Constituição, que determina um salário mínimo capaz de suprir as necessidades básicas dos trabalhadores, mas ninguém vai querer que, em dois meses de governo Lula, se consiga aprovar o salário mínimo ideal — observou.

Paim lembrou que em apenas três dos oito anos de governo de Fernando Henrique Cardoso o salário mínimo alcançou 100 dólares. E afirmou que, se o mínimo não atingir 100 dólares neste ano, tentará esse patamar no ano que vem. Uma vez alcançada a marca dos 100 dólares, disse o senador, ele passará a lutar por um valor equivalente a 150 e, depois, a 200 dólares.

APOSENTADOS

O senador propôs que o mesmo percentual de reajuste concedido ao mínimo seja estendido aos pensionistas e aos aposentados e sugeriu que o governo federal construa uma proposta de recu-

peração das perdas salariais do servidor público. Nenhum país do continente americano paga menos do que 110 dólares de salário mínimo, salientou o senador, dizendo esperar que no atual governo esse objetivo seja alcançado.

Paim destacou ainda que não luta apenas pelo salário mínimo e que, quando deputado, apresentou mais de 700 projetos sobre temas diversos, como cotas raciais. Além disso, acrescentou, o reajuste repercute diretamente sobre aposentadorias, seguro-desemprego e pisos das categorias.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que, se Paim só se preocupasse com o salário mínimo, seu mandato já seria de grande valor.

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 7 DE MARÇO DE 2003

PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Ana Júlia rebate críticas ao Fome Zero

Senadora do PT paraense resalta que programa de erradicação da miséria não é meramente assistencialista e vai servir de modelo para outros países que enfrentam o mesmo problema

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) classificou ontem, em Plenário, o programa Fome Zero como o mais importante do governo Luiz Inácio Lula da Silva e um “modelo para todo o mundo”. Ela criticou os que classificaram o programa como “demagógico e assistencialista” e afirmou que esses críticos não perceberam a amplitude e a urgência da proposta de erradicar a fome e a miséria no Brasil.

Ana Júlia lembrou que o Fome Zero vem sendo elaborado desde outubro de 2001 pelo Instituto da Cidadania – organização não-governamental ligada ao PT – e foi submetido a amplo debate com toda a sociedade brasileira e com as entidades envolvidas no combate à miséria e à fome. A senadora não aceita também o debate sobre o número real de famintos no Brasil como elemento de crítica ao programa. “É uma discussão que não é construtiva neste momento. Só é útil em ambientes acadêmicos ou com interesse aca-



Ana Júlia elogiou Fome Zero por não se limitar às ações emergenciais

dêmico”, disse. A senadora observou que o governo e todas as entidades envolvidas no Fome Zero trabalham com base em pesquisas que apontam a existência de 9,9 milhões de famílias com insuficiência de renda no Brasil, um total aproximado de 46 milhões de pessoas.

– A fome endêmica e a desnutrição crônica não são apenas consequência da desigualdade social e da insuficiência de renda, mas são também causas, porque multiplicam e dão continuidade ao problema, tornam as pessoas cada vez mais vulneráveis à miséria e à fome – disse Ana Júlia.

A senadora lembrou que não basta comer todos os dias, porque um dos mais graves problemas é a deficiência de nutrientes fundamentais ao ser humano. “Há um imenso contingente de brasileiros que se alimentam apenas de lixo”, recordou. A senadora elogiou ainda o programa por não se limitar a ações emergenciais, mas buscar políticas compensatórias e o envolvimento de empresas, entidades, sindicatos e igrejas.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) citou o economista indiano Amartia Sen, Prêmio Nobel de Economia em 1998, para quem, se houver três opções de combate à miséria e à fome, cada parte da sociedade vai escolher uma delas, e nunca será possível a unanimidade. Mesmo assim, o senador Suplicy disse ter esperanças na democracia e observou que em regimes ditatoriais, sejam capitalistas ou de planejamento centralizado, o problema da fome endêmica é muito mais grave do que em qualquer democracia – sistema que, de uma forma ou de outra, na sua opinião, sempre encontra meios de erradicar, ou pelo menos reduzir a fome.

Suplicy quer saber quem terá direito ao cartão

A medida provisória (MP) que instituiu o cartão-alimentação para as pessoas com renda familiar *per capita* inferior a meio salário mínimo mensal não deixou claro se o benefício será estendido a todos os brasileiros que vivem nessas condições. Na visão do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), essa é uma das principais questões que precisam ser esclarecidas pelo Executivo e pelo Legislativo na implementação de uma das iniciativas mais importantes do programa Fome Zero.

O senador chamou atenção ontem para vários pontos que, na sua avaliação, ficaram vagos na MP nº 108, editada em fevereiro. O cartão-alimentação começa a ser concedido este mês a todos os beneficiários do programa Bolsa-Renda e o cadastro deverá incluir, segundo o senador, os flagelados das secas e das enchentes, com 1,4 milhão de brasileiros registrados até o final do ano passado.

Suplicy indagou se o cartão-ali-

mentação será uma complementação ao programa Bolsa-Renda (que praticamente ficou sem recursos orçamentários em 2003), obtendo por meio de medida provisória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pouco mais de R\$ 100 milhões, ou se haverá um cadastro único de todos os programas sociais, como chegou a ser defendido na administração Fernando Henrique Cardoso.

Outro ponto que precisa de esclarecimento no programa, segundo o senador, é o que determina a renda familiar *per capita*. O texto da MP considera a média dos rendimentos brutos da totalidade dos membros da família, excluindo apenas os provenientes do cartão-alimentação. Para Suplicy,



Suplicy encontrou alguns pontos que precisam ser melhor esclarecidos na MP que criou o cartão

essa definição consideraria também os rendimentos informais e, por isso, seria importante se discutir a verba orçada este ano para o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, de R\$ 1,8 bilhão, sem o desconto do valor contingenciado de R\$ 30 milhões.



Serys culpou Incra pela demora no assentamento de milhares de famílias sem terra

Serys pede por reforma agrária mais ágil em MT

A senadora Serys Shlessarenko (PT-MT) defendeu ontem, em Plenário, a necessidade de se agilizar a reforma agrária em Mato Grosso. Segundo ela, milhares de famílias permanecem acampadas há anos, “com fome e sem esperança”, enquanto processos de desapropriação prontos para execução imediata estariam paralisados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Serys reconheceu a natureza difícil e lenta dos processos de reforma agrária, mas afirmou que “nada justifica a inoperância do Incra no estado”, onde o instituto, segundo observou, é conhecido pelo apelido de “Incravado”.

Ao lado de processos de desapropriação de terras de boa qualidade em municípios como Tangará da Serra, Santo Afonso, Poxoréo, Pedra Preta e Guiratinga, que estão parados, informou Serys, há quatro fazendas já desapropriadas, com terras totalmente impróprias para agricultura de pequena extensão.

Segundo ela, comenta-se no estado que fazendeiros e corretores de má-fé – aliados, possivelmente, até a funcionários públicos – estariam por trás dessa política “desastrosa” de reforma agrária.

– Estou convicta de que o atual governo modificará esse estado de coisas, porque a política de assentamentos e fomento às pequenas propriedades é fundamental para o êxito do progra-

ma Fome Zero. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é uma organização séria no estado e merece total apoio – ressaltou Serys.

Para ela, em função do que classifica de “morosidade do Incra”, os conflitos entre grupos de sem terra e fazendeiros são iminentes em Mato Grosso. A senadora ressaltou que a situação da reforma agrária também é insustentável em estados como Goiás, São Paulo e Santa Catarina.

RODOVIAS

A senadora por Mato Grosso voltou a pedir providências urgentes para a recuperação das rodovias federais no estado, onde as safras de soja, milho, arroz e as exportações de carne estão enfrentando muitas dificuldades para seu escoamento.

– As BRs 163, 070, 364 e 158 estão intransitáveis, com trechos em emergência, atoladouros e pistas asfaltadas com mais buracos do que revestimento. Foi liberada uma pequena verba emergencial, mas totalmente insuficiente – disse.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) afirmou que a solução para o escoamento das safras de estados como Mato Grosso, Tocantins e Goiás é a implantação plena da ferrovia Norte-Sul, para levar a produção até o porto de São Luís (MA).

Ele pediu o apoio dos senadores desses estados para o projeto. Serys Shlessarenko confirmou que é favorável à ampliação da ferrovia.

Juvêncio convoca Conselho de Ética para quarta

Presidente do órgão pretende fazer relatório sobre o acompanhamento das investigações do grampo telefônico na Bahia e colocar em discussão recurso do PT para que sejam ouvidos jornalistas da revista *IstoÉ*

O senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) anunciou ontem que convocará reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para quarta-feira. Na ocasião, será discutido recurso anunciado pelo PT para audiência de dois jornalistas da revista *IstoÉ* sobre a escuta ilegal de telefones na Bahia.

O pedido foi assinado no último dia 27 por três senadores do PT, mas Juvêncio da Fonseca, presidente do conselho, não concordou em ouvir os jornalistas. Ele ponderou que não tinha recebido representação do PT para investigar um possível envolvimento do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) com os grampos telefônicos, mas apenas um expediente informando que os jornalistas disseram ter provas do envolvimento do senador no episódio. Além disso, ele e outros dois senadores – Jefferson Péres (PDT-AM) e João Alberto Souza (PMDB-MA) – estavam acompanhando as investigações da Polícia Federal sobre o caso.

O presidente do Conselho de Ética decidiu então enviar o expediente do PT ao delegado Gesival Gomes, da Polícia Federal, que vem investigando a escuta de mais de 200 telefones pela polícia do estado da



Juvêncio recomendará ao conselho esperar o fim das investigações da Polícia Federal

Bahia. Até agora, o delegado já ouviu 13 envolvidos e indiciou dois deles.

Juvêncio da Fonseca entende que o Senado, antes de qualquer providência, deve esperar o fim das investigações da Polícia Federal, previsto para os próximos 30 dias. Se houver alguma acusação contra o senador Antonio Carlos, o Conselho de Ética poderá então ser acionado para examinar os fatos. Juvêncio enviou outro expediente ao presidente do Senado, José Sarney, relatando ter recebido a comunicação do PT e a encaminhado à Polícia Federal.

Na mesma entrevista concedi-

da ontem por telefone (ele se encontrava no Mato Grosso do Sul), Juvêncio da Fonseca informou ainda que pretende apresentar ao Conselho de Ética um relatório sobre tudo o que ele e os senadores Jefferson Péres e João Alberto Souza acompanharam até agora do caso. Disse também que recomendará ao conselho esperar o fim das investigações da Polícia Federal para decidir o que fazer.

– As investigações da Polícia Federal têm avançado rapidamente e ninguém duvida da sua seriedade, inclusive porque o delegado que trata do caso não é da Bahia e servia em outro estado – sustentou o parlamentar.

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar é composto por 15 senadores titulares, que têm mandato até maio. No entanto, nove deles não foram reeleitos em outubro do ano passado e nem todos os partidos indicaram seus novos titulares – falta a indicação de quatro titulares, o que pode ocorrer nas próximas horas. De qualquer forma, o PMDB indicou Juvêncio da Fonseca para continuar presidindo o conselho nos próximos dois anos.

Heloísa Helena anuncia recurso para que jornalistas sejam ouvidos

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) afirmou ontem que os 14 senadores do PT vão apresentar recurso junto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e à Comissão Diretora para reexame da decisão de não se dar seguimento ao pedido, feito por alguns senadores, de o conselho ouvir jornalistas da revista *IstoÉ* sobre o caso da escuta telefônica ilegal na Bahia.

– É atribuição do Conselho de Ética ouvir depoimentos e promover diligências no sentido de esclarecer fatos envolvendo senadores, desde que haja um pedido nesse sentido. Estou com a impressão de que o presidente do conselho, senador Juvêncio da Fonseca, está sofrendo de amnésia seletiva ou fazendo par-

te de algum jogo montado para proteger alguém – disse a senadora.

Heloísa lembrou que, no caso de senadores como Luiz Otávio (PMDB-PA) e outros, houve o mesmo procedimento: uma solicitação de senadores para que o Conselho de Ética ouvisse depoimentos e tomasse providências sobre uma denúncia de possível quebra de decoro parlamentar, e isso foi feito.

– Há coisas que não dá para entender. No caso do grampo telefônico da Bahia, há denúncias de jornalistas, que teriam provas do envolvimento do senador Antonio Carlos Magalhães, que querem depor junto ao conselho, e o presidente Juvêncio da Fonseca não quer ouvir os depoimentos – afirmou a senadora.



Heloísa Helena afirma que pedido de senadores do PT tem amparo regimental e constitucional

Heloísa relatou que Juvêncio da Fonseca considerou o ofício dos senadores um instrumento inadequado para pedir investigação e apenas informou a Mesa do Senado sobre a existência do ofício. O presidente da Casa, José Sarney, tomou ciência e arquivou o expediente. “Essas decisões não nos satisfazem. Vamos apresentar recurso em relação a ambos os procedimentos, que não têm sustentação regimental e constitucional”, declarou.

Partidos devem apressar indicação de novos integrantes, diz Suplicy

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu ontem celeridade à Mesa na escolha dos novos membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Ele afirmou que o conselho precisa estar constituído para analisar representação dos senadores do PT que solicita abertura de investigação preliminar sobre o suposto envolvimento do senador Antonio Carlos Magalhães no caso de escuta telefônica clandestina na Bahia.

– Entendo que o Conselho de Ética tem que se manifestar sobre o tema – declarou Suplicy, após relatar que havia lido despacho do presidente do Senado, José Sarney, sobre a representação.

Na avaliação do senador, Sarney não arquivou o pedido da bancada petista, como foi noticiado por alguns jornais. O presidente da Casa

teria tomado “ciência da representação”, até porque o Conselho de Ética ainda não foi constituído na nova legislatura, explicou. Para Suplicy, cabe agora agilizar a eleição dos conselheiros para que eles se reúnam e analisem o pedido.

IRAQUE

O senador registrou a conversa telefônica entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o primeiro-ministro britânico, Tony Blair, realizada na quarta-feira. Ele disse que o presidente brasileiro salientou o impacto negativo que a eventual guerra contra o Iraque traria sobre as economias de países em desenvolvimento. E ressaltou que o Brasil mantém a sua posição contrária ao conflito armado e a favor de que os iraquianos atendam às resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o desarmamento.

Jucá quer reduzir meta do superávit primário para 3%

Por considerar injustificável a meta de superávit primário adotada pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) apresentou projeto fixando-a em 3% do PIB (Produto Interno Bruto). A meta atual é de 4,25%.

Jucá argumenta, na justificativa do projeto, que a lei orçamentária para 2003 foi encaminhada ao Congresso num contexto de agravamento da situação econômica e de negociação de novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Em sua opinião, o acordo tornou-se vital para viabilizar a transição para o novo governo, num quadro de severa crise de liquidez. O parlamentar acrescenta que o cenário econômico melhorou após as eleições.

– As desconfianças em relação ao novo governo dissiparam-se com o apoio de amplos setores do empresariado e com as declarações da equipe do novo governo. Enfatizaram-se a necessidade de responsabilidade fiscal, o respeito aos contratos e a indepen-



Para Romero Jucá, previsão feita pelo governo dificulta investimentos e ações na área social

dência da autoridade monetária – afirma ele.

Jucá também alega que o risco Brasil, que alcançou 2.151 pontos em 23 de setembro de 2002, hoje está no patamar de 1.300 pontos. A taxa de câmbio, por sua vez, que atingiu o recorde de R\$ 3,96 em 22 de outubro de 2002, baixou para cerca de R\$ 3,50, observa o parlamentar.

No entender de Romero Jucá, não se justifica a atual meta de superávit em detrimento de investimentos e gastos necessários na área social.